

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Nathan Linetcky e Silva

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ – RS: uma análise na rede regular de
ensino**

Porto Alegre
2015

Nathan Linetcky e Silva

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ – RS: uma análise na rede regular de
ensino**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Silva Virgínio

Porto Alegre

2015

Nathan Linetcky e Silva

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ – RS: uma análise na rede regular de
ensino**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Silva Virgínio

Conceito final:

Aprovado emdede

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Silva Virgínio – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Enio Passiani
UFRGS

Prof^a. Dra. Adriana da Silva Thoma
UFRGS

Porto Alegre
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma me auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço especialmente à Escola Municipal São Martín¹ e à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Tramandaí, que deram todo o suporte necessário para que este trabalho fosse desenvolvido.

Agradeço ao meu pai, Luiz Fernando, e à minha mãe Bernardete, pois foram eles que asseguraram que eu pudesse estar agora me graduando no ensino superior.

Agradeço aos meus amigos por todo o apoio e motivação que recebi no decorrer do curso, ao professor Alexandre, que me auxiliou dentro do possível nesta tarefa e momento de conclusão de curso. E aos demais colegas e professores com quem tive a oportunidade de vivenciar durante o curso na faculdade e que ajudaram na minha formação, tanto como pessoa, quanto profissional.

¹ Por questões éticas, foi atribuído nome fictício a escola.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se pode aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

(Nelson Mandela)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o desenvolvimento da política pública de educação inclusiva para alunos com deficiência na rede municipal de ensino de Tramandaí/RS, e como objetivo específico, diagnosticar a realidade em relação a seu aspecto normativo e/ou legal e discutir sua integração no âmbito do projeto político – pedagógico da escola. O intuito é destacar como a política de inclusão está sendo executada na rede municipal de ensino de Tramandaí – RS. Na consecução do trabalho foram utilizados métodos de estudo de caso, utilizando, como técnicas de pesquisa, observações e entrevistas semi-estruturadas realizadas junto aos profissionais da rede de ensino e à secretaria municipal de educação de Tramandaí, além de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados indicaram que as ações locais de educação inclusiva para alunos com deficiência ocorrem na medida do possível, de acordo com a legislação e as diretrizes da política nacional de educação inclusiva.

Palavras - chave: Política Pública, Educação inclusiva, Alunos com Deficiência, Tramandaí.

ABSTRACT

This work has the objective to analyze the development of inclusive education public policy for students with disabilities in public schools in Tramandaí / RS, and as a specific objective, diagnose the reality with regard to its regulatory and / or legal aspect and discuss their integration in the political project - school teaching. The aim is to highlight the inclusion policy is being implemented in developer by the Tramandaí's public educational system - RS. In this research city hall were used case study methods, using, as research techniques, observations and semi-structured interviews with professionals from the educational system and the secretary of Tramandaí education, as well as bibliographic and documentary research. The results indicated that the local actions of inclusive education for students with disabilities take place as far as possible, in accordance with the rules and guidelines of the national inclusive education policy.

Keywords: Public Policy, Inclusive education, Students with Disabilities, Tramandaí.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE – Atendimento Educacional Especializado
- APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
- Art. – Artigo
- CAPE – Centro de Atendimento Preventivo ao Educando
- CEB – Conselho de Educação Básica
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CP – Conselho Pleno
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- Ed. – Editora
- FUNDEB – Fundo Nacional de Educação Básica
- Hab. – Habitantes
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Km² – Quilômetros Quadrados
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
- n – Número
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PEE – Plano Estadual de Educação
- PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PPP – Projeto Político - Pedagógico
- p – Página
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
- v – Volume

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA/PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 JUSTIFICATIVA	13
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 OBJETIVO GERAL	14
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.4 HIPÓTESES	14
1.5 METODOLOGIA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO: Análise das políticas públicas e a norma para a educação inclusiva	18
2.1 A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO	20
2.2.1 MARCOS LEGAIS NACIONAIS	20
2.2.2 MARCOS LEGAIS INTERNACIONAIS	24
3 PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ – RS: análise dos dados coletados	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTA: ALUNOS	36
APÊNDICE B – GUIA DE ENTREVISTA: GESTOR DA ESCOLA	39
APÊNDICE C – GUIA DE ENTREVISTA: GESTOR PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ	44
APÊNDICE D – GUIA DE ENTREVISTA: PAIS	50

APÊNDICE E – GUIA DE ENTREVISTA: PROFESSOR	53
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	58

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA/PROBLEMA DE PESQUISA

A luta em defesa da igualdade dos direitos sociais vem destacando a relevância e premência da educação escolar das pessoas com deficiência e/ou marginalizadas na rede regular de ensino por considerar que apenas dessa forma as pessoas poderão desenvolver-se plenamente como seres humanos que são e assim viverem plenamente como sujeitos sociais, assegurando seus direitos no âmbito da sociedade, pelo Estado e pelo poder público. Para estudo de caso deste trabalho, a pessoa com deficiência é aquela cuja possui impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição), com transtornos globais do desenvolvimento, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para isso, é importante reconhecê-las como pessoas que apresentam deficiência geradoras de direitos específicos, cuja proteção e exercício dependem do cumprimento dos direitos humanos fundamentais.

Este é um processo que compreende a ação de todos contra o preconceito e a discriminação, respeitando suas diferenças, garantindo assim o bem-estar pessoal, social e econômico das mesmas. Com a aprovação da LDB e o desenvolvimento da política educacional, consolidou-se a proposta da educação inclusiva, na qual as pessoas com deficiência devem participar em como iguais do processo educativo das escolas regulares, juntamente com as demais pessoas. A escola de qualquer nível ou modalidade passa a ser uma só e para todos, sem qualquer discriminação, prescreve a lei. A educação especial se modifica, e assim são atribuídas outras funções à escola de ensino regular, além daquelas que já exercia.

A política educacional inclusiva propõe metas e garante recursos que possibilitem a educação completa de todas as pessoas independente de suas condições bio-psicofísicas e sócio-culturais. Mas há também uma linha contrária à educação especial inclusiva. Muitos especialistas alegam que, hoje, as escolas não conseguem nem atender à demanda comum e que o resultado desta demanda são salas de aula superlotadas, falta de infraestrutura para receber estes indivíduos e baixa qualidade de ensino. Como os professores conseguirão dar conta de atividades de educação especial, além das tradicionais? Como as escolas estão se preparando para receber estes alunos com deficiência?

Em realidade, corre-se o risco de, ao mesmo tempo, tanto não atender satisfatoriamente a criança especial, quanto suficientemente aos demais. Argumenta-se que, para atender uma criança especial, é necessário um preparo especializado. Assim, diante das mudanças propostas, é cada vez mais reafirmado a importância da formação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educacionais de todas as crianças, com ou sem deficiência.

Segundo Maciel (2000):

[...] na educação também não é diferente, pois só as grandes cidades possuem algum tipo de atendimento. A realidade tem mostrado que os ciclos do ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, e a falta de formação de professores, de recursos técnico-pedagógicos, de estímulo suplementar, de acompanhamento de equipe multidisciplinar fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, de salas e de professores de apoio deixam a questão da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita apenas na teoria.

Conforme mencionado, a falta de estrutura nas escolas é outro ponto a ser questionado, pois atualmente são poucas as escolas que oferecem estrutura para acolher estes alunos de forma confortável e que viabilize o circular do aluno por toda sua área. Para isto, é necessário o investimento em infraestrutura nas escolas, para que crianças com deficiência possam circular livremente e interagir com outras crianças em atividades que ocorram fora da sala de aula, ganhando assim independência e confiança, e não se tornando crianças exclusas por causa de suas limitações, que evitam uma maior interatividade.

Os debates sobre a questão das políticas públicas de inclusão escolar ganharam destaque e tem sido tema nas conferências realizadas na sociedade contribuindo para um melhor entendimento do processo educativo de pessoas com deficiência. Dentre os marcos legais destinados a garantir os direitos das pessoas com deficiência destacam-se, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do adolescente (Lei 8069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) como também, em nível internacional, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das nações Unidas (ONU) no ano de 2006.

No Brasil, com a homologação da LDB 9394/96, promoveu-se um processo de grandes mudanças no sistema educacional brasileiro nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Uma dessas mudanças foi a implantação da política de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, modificando a sistemática de atendimento adotada até então, que segregava essas pessoas em instituições especializadas. Coube ao Estado o dever de assegurar o direito de acesso e permanência no ensino regular para todas as pessoas com

deficiência. Com isto, os municípios ficaram com o dever de programar ações de educação inclusiva na educação infantil e no ensino fundamental, já que cada região possui suas singularidades. No caso de nosso estudo, o município de Tramandaí-RS aderiu este preceito institucional no ano 2008 e, desde então, implementa esta política pública em sua rede de ensino.

Neste sentido, este trabalho de conclusão busca aferir se o que está previsto em lei é posto em prática. Quais principais dificuldades enfrentadas pela escola? Há profissionais capacitados? As escolas da rede municipal possuem acessibilidade para receber estes alunos? Na visão dos atores: Como é a relação entre professores e alunos com deficiência? Além de tratar sobre a educação inclusiva na perspectiva da inclusão e sua integralidade no projeto político-pedagógico da escola e verificar algumas mudanças ocorridas desde a implementação da lei de inclusão na rede de ensino de Tramandaí – RS.

1.2 JUSTIFICATIVA

As dificuldades que as escolas e seus profissionais encontram para trabalhar com a inclusão, é o principal fator para a escolha deste tema, pois, de acordo com teóricos, o planejamento do professor na educação especial deve ser igual ao de professores regulares, pois no sentido da inclusão, deve atender a todos. Os professores das escolas regulares de ensino se dizem despreparados para lidar com crianças com dificuldades de aprendizagem, e com alunos portadores de deficiência, pois, não teve em seus cursos de formação, capacitação direcionada a essa diversidade. Por meio disto, podemos analisar algumas das dificuldades que o professor tem em se adaptar, reinventar e viabilizar melhores condições de trabalho para ambas as partes considerando a diversidade dos alunos.

Além de um planejamento pedagógico adequado, a falta de subsídios para trabalhar com estes alunos é outro fator que inviabiliza um atendimento de qualidade e um melhor desenvolvimento aos educandos para que atinjam seus objetivos: o de valorizar a diversidade humana.

Outra preocupação é o espaço físico das escolas. De acordo com a reportagem do *site Todos pela Educação*, a maioria das escolas no país, não estão estruturalmente adequadas e adaptadas para receber alunos com deficiência.

Os dados do observatório PNE, de 2013, apontam que no país 11,7% /14.153 escolas municipais possuem salas com recursos multifuncionais, com apenas 33,3%, ou seja, 280.203 alunos com deficiência matriculados no Atendimento Educacional Especializado (AEE), com

total de docentes no Atendimento Educacional Especializado na rede pública de 32.723 profissionais, e escolas fundamentais com dependências e vias adequadas a aluno com deficiência ou mobilidade reduzida a 17,6%, ou seja, 21.614 escolas.

Devido a esses índices, o país vem desenvolvendo projetos e leis para a inclusão de pessoas com deficiência, para que esta realidade mude, inserindo-os assim nas redes regulares de ensino, para que, a comunidade remova esta barreira de indiferença com portadores de deficiência.

A fim disto, o estudo busca levantar informações sobre a política de inclusão educacional com pessoas com deficiência, visando retratar a realidade de um município brasileiro e os desafios enfrentados pela escola da rede municipal de ensino.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a implementação da Política de Inclusão na rede regular de ensino no município de Tramandaí.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar a relação entre professores e alunos na escola;
- Identificar possíveis aproximações da educação especial, na perspectiva da inclusão, com o conteúdo do Projeto Político-Pedagógico da escola;

1.4 HIPÓTESES

Diante dos preceitos normativos sobre a construção da educação inclusiva, visualizamos de forma clara e objetiva o formato que se quer na educação inclusiva, contudo percebemos que a prática é outra.

Mesmo que o número de alunos com deficiência tenha aumentado, esta inclusão, sobretudo em termos qualitativos, não condiz com os preceitos normativos que regulam esta política.

Muitas escolas não estão adaptadas para receber estes tipos de alunos, há falta de infraestrutura/física nas escolas, faltam recursos humanos e capacitação profissional para atendê-los. Assim, o que era para ser uma escola de inclusão acaba sendo de exclusão.

O preconceito e a omissão dos pais (agravantes no processo da inclusão) são barreiras que precisam ser trabalhadas e superadas no processo da educação inclusiva.

1.5 METODOLOGIA

O município de Tramandaí situa-se no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul/Brasil a 118 km de Porto Alegre (capital gaúcha), fazendo divisa ao norte com o município de Imbé, ao sul com Cidreira, ao oeste com Osório e seu lado leste sendo banhado pelo mar do oceano Atlântico. Possui um território de 143,57 km², com sua área urbana concentrada ao longo dos seus 12 km de litoral, com 41.655 habitantes (IBGE, 2010) e densidade demográfica total de 288 hab./km².

A rede municipal de ensino possui 24 escolas, sendo 11 de ensino fundamental municipais, 6 escolas estaduais e 7 escolas municipais de ensino infantil, aderindo à política de inclusão desde o ano de 2008 e elaborando planos de educação visando adquirir recursos para esta área.

A pesquisa realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Martín no município de Tramandaí revelou que a inclusão escolar de alunos com deficiência é recente e que apresenta algumas barreiras e desafios. Conforme relato dos autores, os desafios se traduzem, principalmente, pela falta de capacitação e recursos humanos, falta de condições de acessibilidade que pode levar ao desinteresse nas atividades escolares dos alunos com deficiência, ocorrendo a evasão escolar e o que seria inclusão passa a se constituir em processo de exclusão. Com isso, o município e a escola passaram a entender que desenvolver projetos, recursos materiais escolares acessíveis, implica pensar em educação para todos, não apenas um grupo específico, primando pelas interações, convívio em grupo, pela troca de experiências, construção de valores, pluralidade e diversidade.

Neste contexto, o trabalho foi elaborado a partir do estudo de caso, através da coleta de dados (primário e secundário). Primeiramente, no mês de outubro, foi realizada a pesquisa bibliográfica através de livros e *sites* que tratam do tema da educação inclusiva e políticas públicas correlatas. Foram realizadas buscas documentais na Secretaria Municipal da Educação e na escola São Martín, onde foram coletados dados primários junto aos

profissionais que trabalham com esta política pública no âmbito destas dimensões institucionais.

Em acréscimo, recorreu-se a entrevistas semiestruturadas com pais, alunos, professor e gestor, tanto da escola quanto da Secretaria Municipal da Educação, visando registrar, analisar, estudar comportamentos e opiniões, representações entre os atores, realizando assim um diagnóstico entre perspectiva e a realidade, entre a teoria e a prática.

Zanten (2004) define método qualitativo como:

Nos estudos em educação, o caráter quantitativo não é tão grande e muitos não dominam o campo estatístico, os instrumentos quantitativos. Ao contrário, as pesquisas qualitativas lhe parecem tão familiares, tão próximas de sua própria maneira de pensar que a interpretação sempre está muito mais aberta.[...] Isto é uma grande riqueza da investigação porque me ajuda muito a enriquecer e aprofundar minha investigação. Os atores podem contribuir com pontos de vista complementares. Por mais profundo que um trabalho possa ser, pode haver aportes dos atores para uma outra compreensão do tema.

Buscando através de observações e relatos dos autores, verificar se a escola está estruturalmente preparada para receber alunos com deficiência.

Atualmente a rede municipal de ensino de Tramandaí possui 64 alunos com deficiência regularmente matriculados, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação. O município conta com a escola de educação especial, que atende desde a educação infantil até a modalidade de jovens e adultos, sendo mantida pela Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE).

Possui ainda o Centro de Atendimento Preventivo ao Educando (CAPE) mantido pela Secretaria Municipal de Educação, com atuação de 7 especialistas médicos e 6 educadoras especiais, tendo a parceria da Secretaria da Saúde.

Vale salientar que o CAPE apresenta, a partir de sua lei de criação, ênfase ao atendimento educacional especializado, pedagógico e clínico, e trabalha em colaboração junto à rede municipal de ensino.

No primeiro momento da entrevista, de identificação do perfil dos informantes, verificou-se que os profissionais envolvidos eram do sexo feminino, na faixa etária entre de 45-54 anos. Já a faixa etária no perfil dos alunos ficou na faixa dos 12-13 anos.

Todos profissionais envolvidos possuem graduação e pós-graduação na área da educação, além de cursos de capacitação em educação especial. Entretanto, a maioria dos pais dos alunos com deficiência não concluiu seus estudos.

A escolha deste grupo de atores deu-se por estes vivenciarem de forma contínua e/ou estar sempre em contato com ações locais da política inclusiva para alunos com deficiência. Para isto, foram elaboradas questões em diversos âmbitos, como: profissional, atividades de

consumo e/ou construção sócio-cultural, âmbito escolar, todos de acordo com a realidade em que estão inseridos (conforme pode ser observado nos apêndices a seguir).

Tais questões além de ajudar na construção de identidade do indivíduo auxiliaram na compreensão da realidade, obtendo uma visão mais ampla da vida escolar no que tange a educação inclusiva.

Mas, para efeito de avaliação e diagnóstico do meio da educação inclusiva na escola, foram selecionadas 7 questões que explicitam a realidade e os desafios na rede regular de ensino de Tramandaí. Logo após foi elaborado uma sinopse das respostas em predominância no entendimento dos autores. Para um melhor entendimento, dividiu-se a entrevista em segmentos: segmento Gestor escolar/ Docente/ Gestor da Secretaria Municipal de Educação e segmento Pais/ Alunos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: Análise das políticas públicas e a norma para a educação inclusiva

2.1 A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como pode deduzir-se a política pública é um aparelho de melhoria das condições e inserção social, implantando estratégias de resgate dos excluídos, com o Estado assumindo o resgate da cidadania destes indivíduos.

Ao tratar das políticas públicas, Souza (2006, p. 26) define:

[...] política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas [...] políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Para análise de políticas públicas destacam-se as arenas políticas que, segundo Frey (2000, p.223) “parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm efeito antecipativo para o processo político de decisão e implementação”. Referindo-se aos conflitos na política, conforme sua forma, distributiva, redistributiva, regulatória ou constitutiva.

Ao discutir sobre os conceitos que se inserem na análise de política, há de se distinguir os conceitos formulados em inglês, conforme Frey (2000, p.216) que distinguem três formas: “Policy, politics e polity”, todos usados na ciência política. Sendo “policy” para os conteúdos da política pública, “politics” para os processos políticos e “polity” para denominar instituições políticas. Segundo Frey (2000, p.216-217):

- a dimensão institucional ‘polity’ se refere à ordem do sistema político, delimitada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- no quadro da dimensão processual ‘politics’ tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- a dimensão material ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas

Sobre essa diferenciação da teoria da política Frey (2000, p. 217) afirma que elas fornecem:

categorias que podem se evidenciar proveitosas na estruturação de projetos de pesquisa. Todavia, não se deve deixar e reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

Ainda sobre o campo da política pública vale destacar a *policy network* e o ciclo de política (*policy cycle*) como suporte atual e pertinente para análise de políticas educacionais.

A *policy network* pode ser entendida como o processo de interrelações entre os diversos atores envolvidos na formulação/ implementação de Políticas Públicas, são as redes que interligam esses atores e por onde a discussão transita. Conforme será observado na citação no final da análise dos dados.

O ciclo de políticas públicas apresenta a análise da trajetória de políticas ou programas educacionais com base nos cinco contextos, os quais são: contexto de influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, o contexto dos resultados/efeitos e o contexto de estratégia.

- O contexto de influência é onde normalmente as políticas são iniciadas e os discursos políticos são construídos;

- O contexto da produção de texto analisa, a partir dos resultados de disputas e acordos, os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política;

- O contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política geral;

- O contexto dos resultados/efeitos preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada;

- O contexto de estratégia política, que envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada (MAINARDES, 2006).

Esta abordagem se constitui num referencial analítico útil e que permite análises críticas e contextualizadas de programas sociais e políticas educacionais desde sua formulação até sua implementação no contexto da prática, bem como os seus resultados.

As pessoas afetadas pelo rumo tomado por uma determinada política são os chamados “atores políticos”. Estes atores, cada um à sua maneira, procura influenciar esse processo dentro do jogo político e podem ser divididos em governamentais e não-governamentais, segundo Rua (2009, p. 39-42)

A partir deste embasamento de alguns conceitos sobre a política, visualizaremos, a seguir como a política de inclusão se desenvolve e seus desafios no município de Tramandaí.

2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO

O termo educação inclusiva é muito vasto e é atribuído como direito de acesso à escolarização de todos os alunos com suas singularidades e diferenças, como: gênero, condição social, etnia e necessidades educativas especiais – este último sendo o foco deste trabalho -, recebendo educação mais próximo possível do normal.

Segundo Mrech (2001, p.06) a educação inclusiva é:

- Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança da sua residência.
- Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns.
- Propiciar aos professores de classe comum um suporte técnico.
- Perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes.
- Propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.

Há leis que defendem a inclusão educacional através do ensino regular básico para que alunos com deficiência não sejam excluídos e discriminados. Essas leis exigem que o aluno frequente o ensino regular básico, juntamente com outros alunos, para que estes cresçam com a compreensão de que todos têm os mesmos direitos e percam o estigma da exclusão social. Um dos principais pilares, que mudou o sistema de ensino específico e separado para o sistema de inclusão no ensino básico para as pessoas com deficiência foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional capítulo V, de 1996.

De acordo com o capítulo V, a educação especial disponibilizará serviços de apoio especializado, atendimento educacional realizado nas escolas, com currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender as necessidades dos alunos com deficiência com apoio e acompanhamento de profissionais especializados, visando sua integração na sociedade e construção de sua cidadania. Todos terão acesso igualitário aos programas sociais e seus benefícios.

Destaco também, desde a Constituição de 1988, o embasamento que foi formando a Política de Educação Inclusiva no Brasil. A seguir serão apresentados os marcos legais da Política Inclusiva, separada em marcos legais nacionais e internacionais.

2.2.1 MARCOS LEGAIS NACIONAIS

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). Sobre o art. 208, Mantoan (2006, pg. 27) elucida:

O “preferencialmente” refere-se a “atendimento educacional especializado”, ou seja, o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência. Abrange, sobretudo, instrumentos necessários à eliminação das barreiras naturais que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo. Exemplos: o ensino da língua brasileira de sinais (Libras) e do código braile e o uso de recursos de informática e de outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares. Na concepção inclusiva e na lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade.

1989 – Lei nº 7.853/89: dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Na Lei nº 7.853/89 fica definido como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante em razão de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90: o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deixa claro o dever do estado de assegurar à criança e do adolescente o direito ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino, assim como o artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

1994 – Política Nacional de Educação Especial: a Política Nacional de Educação Especial em um movimento contrário ao da inclusão demarca retrocesso das políticas públicas ao orientar o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pg.7).

1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96: (já mencionada, conforme p. 16-17).

2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001): as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica Resolução nº 2/2001, determinam que todos os alunos devam ser matriculados nas instituições educacionais, cabendo a cada escola organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º.

2001 – Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001: no Plano Nacional de Educação (PNE) a Lei 10.172/2001 dá ênfase à construção de escolas inclusivas que garantam o atendimento às diversidades humanas.

2002 – Resolução CNE/CP nº1/2002: as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 1/2002 para a Formação de Professores da Educação Básica, definem que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular cursos de formação docente direcionados à diversidade contemplando conhecimentos sobre as especificidades de alunos com necessidades educacionais especiais e o preparo para:

- I – o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II – o acolhimento e o trato da diversidade;
- III – o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV – o aprimoramento em práticas investigativas;
- V – a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI – o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII – o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe;

2002 – Lei nº 10.436/02: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), através desta lei fica legalmente reconhecida como meio de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão. A partir de então, a Língua Brasileira de Sinais é incluída como disciplina integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

2003 – Portaria nº 2.678/02: esta Portaria aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreende ainda o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

2004 – Cartilha – O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular: o acesso se dá a partir da divulgação do Ministério Público

Federal do documento que tem com objetivo disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.

2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, O Ministério da Educação, O Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos com o objetivo, dentre as suas ações, de fomentar no currículo da educação básica as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): os eixos desse plano são a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

2008 – Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: as diretrizes são voltadas ao fundamento de uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.

2009 – Resolução nº 4 CNE/CEB: na Resolução nº 4 são instituídas diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O atendimento educacional especializado (AEE) poderá também ser realizado em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º).

Conforme art. 4º da Resolução n 4º CNE/CEB é considerado público-alvo do AEE:

I – alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

2011 – Plano Nacional de Educação (PNE): aprovado em 2014., tem a Meta 4 que pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação preferencialmente na rede regular de ensino.”. Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantação de mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE; ampliação da oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada.

2012 – Lei nº 12.764: A Lei nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2.2.2 MARCOS LEGAIS INTERNACIONAIS

1990 – Declaração Mundial de Educação para Todos: fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades especiais básicas de aprendizagem tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais uma e igualitária.

1994 – Declaração de Salamanca: a Conferência mundial sobre necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994 na cidade espanhola de Salamanca dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Reconhecendo a necessidade e urgência de providenciar educação para as crianças, jovens e adultos com deficiência dentro do sistema regular de ensino. Passando a incluir, além de crianças com deficiência, aquelas que estejam passando por dificuldades internas, de cunho educacional, ou externas, temporárias ou permanentes.

2001 – Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001: A discriminação fica definida com base na deficiência e com o toda e qualquer diferenciação ou exclusão que impeça ou anule o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades, ou seja; afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas.

2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário, a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina ainda que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e também que elas tenham acesso ao ensino

fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

3 PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ – RS: análise dos dados coletados

Apesar de todas as escolas fundamentais da rede municipal de ensino atenderem aos preceitos da inclusão, existem apenas 4 salas multifuncionais, 6 profissionais especializados concursados para tal atividade (os demais que atuam são professores cedidos que complementam a necessidade básica de apoio ao trabalho).

O gestor de escola e o professor estão vinculados à Escola Municipal de Ensino Fundamental São Martín, que foi uma das primeiras escolas a receber salas multifuncionais e a adotar a política de inclusão no ano de 2008 juntamente com o município, onde foi realizado o estudo de caso. Hoje, a escola possui 607 alunos matriculados, sendo que 9 alunos tem alguma deficiência e apenas 5 deles possuem laudo médico.

Para maior entendimento do objetivo e das perguntas deste trabalho, que visa analisar na rede municipal de ensino de Tramandaí o desenvolvimento da política de educação inclusiva para os alunos com deficiência, como também o entendimento dos atores envolvidos foi realizada pesquisa de campo em que estes atores responderam alguns questionamentos elaborados de acordo com suas funções. A seguir apresento as sinopses dos questionamentos.

Segmento: Pais/ Alunos:

Percepção sobre o âmbito escolar na visão de pais e alunos.

Conforme informações reunidas e em observações comportamentais, deixa em evidência o descontentamento dos pais com relação à falta de capacitação e preparo dos profissionais da área da educação, todavia, estão contentes com a infraestrutura que a escola proporciona ao seu filho com deficiência.

No que tange ao aluno com deficiência e aos seus colegas, se percebe um relacionamento de preocupação de bem-estar dos alunos de classe com o aluno com deficiência. A relação entre eles é boa, mas interagem o mínimo possível. De acordo com a observação obtida através da entrevista, o distanciamento entre o aluno com deficiência e os demais colegas é gradativo, pois os interesses mudam e o aluno com deficiência não consegue acompanhar, os socializando, assim, menos com colegas de classe. Apesar da distância, os alunos não deixam de se preocupar com o colega especial. Sempre buscam alternativas para que ele possa estar junto da turma em diferentes atividades, como por exemplo, deixar a classe e os materiais organizados para que o aluno com deficiência possa participar de forma confortável da atividade.

Segmento: Gestor Escolar/ Docente/ Gestor da Secretaria Municipal de Educação:

Percepção das condições materiais, técnicas e humanas.

De acordo com as informações reunidas, constata-se que a maioria dos atores entrevistados reconheceram que já existem condições materiais (espaço físico, material para trabalho) recursos humanos e técnicos para incluir alunos com deficiência, ressaltando que apesar da existência destes recursos, ainda é pouco para atender a demanda, principalmente com a falta de profissionais capacitados, conforme se observa na entrevista concedida logo abaixo.

As escolas municipais ainda estão se organizando em relação à inclusão. Algumas possuem rampas e banheiros adaptados e apenas uma possui elevador. O quadro de funcionários tem apenas seis educadoras especiais que se dividem em 18 escolas da educação infantil e ensino fundamental, o que não é suficiente para atender a demanda. Quatro escolas foram contempladas com Salas Multifuncionais com recursos do Governo Federal [...] (Gestor da Secretaria Municipal de Educação)².

Divergindo parcialmente do que é proposto no artigo 59 § III da LDB, que estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educandos em classes comuns.

Na relação do aspecto físico/estrutural da escola, apesar de já existir acessibilidade arquitetônica, como corrimões e rampas, cadeiras e mesas especiais a escola possui limitações. Há setores da escola que o aluno cadeirante e/ou com dificuldade de locomoção não tem acesso, como a sala de teatro e filmes, que se localiza no segundo andar da escola São Martín. Os profissionais salientam que a escola está em processo de adaptação em implantação da nova política de inclusão que, conforme a demanda exige, a escola segue se adaptando.

Percepção das perspectivas de melhora da parte estrutural/ física das escolas.

Conforme informações reunidas, constata-se que todos os profissionais possuem expectativas quanto ao melhoramento da rede municipal de ensino, porém, estão cientes de que será um processo longo (percebe-se certo conformismo por parte dos educadores). Pois, as escolas não estão se prevenindo para receber quaisquer alunos com deficiência, e sim, se adaptando conforme a demanda:

Vejo esta escola como uma instituição que cresce, tem evoluído bastante, temos apoio da mantenedora e dentro de um sistema nada favorável, a nível de país, não temos o que reclamar. Ainda falta muito, mas estamos no caminho certo.

² Entrevista concedida pelo Gestor da Secretaria Municipal de Educação. [nov. 2015]. Por questões de ética o nome do Gestor é mantido em Sigilo. Entrevistador: Nathan Linetcky e Silva. Tramandaí, 2015. Apêndice C, pg. 45.

Perspectivas sempre existem, apesar de muitas vezes a realidade ser dura e nos mostrar que vai ser um processo longo. Vamos melhorando de acordo com as necessidades e da forma que pode (Professor da escola)³.

Vale salientar que todos citaram o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e/ou o Plano Municipal de Educação como referência, esclarecendo que foram criados recentemente, que precisam de aprovação e/ou já foi aprovada, e que possuem metas para os próximos 10 anos. Com isso, buscam empregá-lo em sua totalidade. Conforme entrevista:

[...] agora com projeto político pedagógico sendo elaborado junto com Plano Municipal de Educação, acredito que muitas coisas irão melhorar. (Gestor escolar)⁴.

Visando atingir as metas e estar de acordo com as Leis de Inclusão. Desenvolvendo sua autonomia na construção do PPP diferenciados de acordo com as necessidades da instituição, conforme está previsto no art. 12 da LDB “Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

Percepção qualificação dos profissionais.

Conforme informações, a participação de professores e funcionários da escola da rede municipal de ensino em cursos de capacitação oferecidos pelo município e pelo Estado e/ou Federação buscando sempre o aprimoramento de suas técnicas de ensino para uma melhor inclusão escolar, depende muitas vezes de recursos próprios do profissional para bancar suas despesas, pois muitas vezes não recebem verba para a ajuda de custo do município para viabilizar sua permanência nos cursos. Salienta:

[...] Professores e funcionários da escola na medida do possível procuram participar de cursos de capacitação e formação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação [...] Infelizmente muitas vezes não é possível participar de determinados cursos, pois temos que tirar dinheiro do próprio bolso para realizar estes cursos e muitas vezes não temos condições para isso (Gestor escolar).

Dificuldade não mencionada pelo Gestor da Secretaria Municipal de Educação:

A Secretaria de Educação em parceria com o CAPE – Centro de Apoio Preventivo ao Educando, procura desenvolver projetos de capacitação para os professores e funcionários anualmente. Este ano desenvolvemos o Projeto: “O Rótulo como Invisibilidade do Sujeito”.

O que impossibilita a participação do profissional, ou desistência no andamento do curso, refletindo assim no seu trabalho. Correia (2008, p. 28), nesta ótica formativa, ressalta que:

[...] os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que

³ Entrevista concedida pelo Professor da escola. [nov. 2015]. Por questões de ética o nome do Professor é mantido em Sigilo. Entrevistador: Nathan Linetcky e Silva. Tramandaí, 2015. Apêndice E, pg. 54.

⁴ Entrevista concedida pelo Gestor escolar. [nov. 2015]. Por questões de ética o nome do Gestor escolar é mantido em Sigilo. Entrevistador: Nathan Linetcky e Silva. Tramandaí, 2015. Apêndice B, pg. 40.

seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

Deste modo, destaca-se que todos os profissionais do âmbito escolar precisam estar preparados para atuar com a diversidade discente. Constatou-se ainda que, a formação permanente é indispensável para que os profissionais atuem de forma efetiva frente aos alunos no ambiente escolar, por mais diversificado que seja estes alunos, oferecendo-lhes condições de atendimento educacional, conforme as deficiências do aluno, ao invés de simplesmente inseri-lo no âmbito escolar.

Percepção sobre inclusão e socialização do aluno com deficiência.

Conforme as informações reunidas, percebe-se que a inclusão limita-se a incluí-lo em sala de aula e viabilizá-lo à educação que tem por direito. Mas, conforme citam os profissionais entrevistados, o processo de socialização com os demais colegas é um processo contínuo de aceitação e adaptação. Segundo Fonseca (1995), citado por Tessaro (2005, p. 106): “Os programas de ensino especial devem estar compatibilizados com os do ensino regular; faz-se necessário o convívio social entre os alunos, professores e demais profissionais da escola; e a participação da família é importante nesse processo”.

De acordo com colegas do aluno com deficiência (conforme anteriormente no segmento Pais/alunos), foi possível observar resultados positivos quanto ao comportamento e bem-estar do aluno com deficiência ao ambiente escolar. Mas, de mesmo modo, este aluno acaba sendo vítima da exclusão, por além de possuir limitações, que impedem de realizar atividades junto com os demais colegas, os interesses vão se modificando e afastando o aluno com deficiência. Conforme citado pelo Gestor da escola:

O processo de inclusão ainda está passando por uma fase de adaptação e aceitação, mesmo o aluno estando incluído, a sociabilização e interação com os colegas evolui gradativamente e deve ser trabalhado por todos para um resultado positivo.

Como cita o Gestor da Secretaria Municipal de Educação, cada caso é único, e é preciso trabalhar para lidar com diferentes situações.

Percepção sobre as ações voltadas ao estímulo à inclusão e ao aluno com deficiência.

Conforme informações reunidas, a maioria dos atores deste segmento, em sua percepção apontam diversas ações voltadas para a educação inclusiva, sendo a profissionalização e a capacitação as mais citadas, o que não significa que as mesmas sejam realizadas na íntegra. Foi citado também, com grande relevância, a integração da escola com a CAPE e o apoio realizado, assim como ações voltadas à interação com os pais de alunos com

deficiência visando integração da comunidade com o meio escolar. Conforme art.9 ° da Resolução n4º/ 2009 do CNE – CEB que estabelece:

[...]são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Além disto, ações voltadas à inclusão escolar são realizadas nas escolas para promover a conscientização e importância da inclusão no ambiente escolar.

Percepção sobre os problemas enfrentados pelo aluno com deficiência.

Conforme informações reunidas, concluí que a maior dificuldade é a aceitação e as dificuldades sócio – econômicas em que o aluno especial está mergulhado. As dificuldades pouco mudaram, mesmo com os novos métodos criados para a educação inclusiva. Os gestores da escola e da Secretaria Municipal de Educação destacam que o aluno com deficiência deve ser prioridade e ter atendimento direcionado e especializado. Conforme cita o professor de educação especial, estes problemas estão em andamento e acredita que este processo ainda será melhor executado. Destacando o envolvimento de diversas áreas para melhor execução, no que, já vem ocorrendo. Frey (2000, p. 215-216) defende:

[...] que as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores específicos de ‘polity’ e ‘politics’, mas que é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento.

Através da observação realizada foi possível verificar a consonância entre as respostas quando se trata da falta de recursos, estrutural, humanos e técnicos, a falta de repasses para o andamento do processo de qualificação. Entretanto, a opinião do gestor da escola e do professor, que possuem uma visão mais ampla e estão em contato direto com os alunos com deficiência e com a famílias sobre o processo de inclusão, entram em conflito com o do gestor da Secretaria Municipal de Educação, pois tais profissionais citam o âmbito familiar, emocional e sócio – econômico como fatores que dificultam o processo educacional. Como pode ser observado nos trechos das entrevistas a seguir:

As dificuldades sócioeconômicas do meio em que estão inseridos (família), a aceitação por parte de alguns colegas, dificultam esse desenvolvimento e aprendizado [...] (Gestor escolar).

Entrando em oposição com a opinião do Gestor da Secretaria Municipal de Educação:

Atualmente acredito que seja a falta de recursos na Saúde e Educação, pra que tenha atendimento que merece e que lhe é garantido por lei. O aluno deficiente deveria ser tratado com prioridade sempre, por ser criança e por ser deficiente, embora a legislação o ampare, percebo que nem sempre ocorre. [...]. Antes da lei acredito que esta precariedade nos atendimentos era ainda maior, mas não tenho dados para afirmar.

Quanto ao âmbito familiar como um fator complicador no processo educacional, cabe salientar que a família é o suporte fundamental do bem-estar, caracterizando-se como fator relevante no processo de aprendizagem no meio escolar segundo Torres (2001) citada por Sá (2009,p. 18), “Educar os adultos-pais-de-família e os adultos-comunidade é indispensável para a conquista da própria Educação Básica para Todos os Meninos e Meninas. Educar os adultos – professores é condição *sine qua non* para expandir e melhorar as condições de ensino”

Percepção sobre as mudanças percebidas na educação inclusiva.

Conforme as informações reunidas, percebe-se que a maior mudança advém da postura da escola com relação a inclusão do aluno com deficiência, pois antes a escola não estava preparada para receber este tipo de aluno, tanto da parte estrutural da escola, quanto da parte profissional. Os profissionais da educação não estavam preparados: estes se encontravam em situações delicadas nas quais não havia auxílio para lidar com alunos com deficiência.

Outro ponto que mudou, conforme a entrevista do gestor da Secretaria Municipal de Educação é o envolvimento dos pais dos alunos com deficiência na vida escolar de seus filhos. A participação efetiva e a busca pelos direitos é o ponto forte que o gestor destaca, pois, como salienta o gestor escolar, o âmbito familiar é um dos maiores dificultadores da inclusão de alunos com deficiência.

Considerando os limites de um estudo de caso (disponibilidade dos atores envolvidos, análise de documentos do município, tempo hábil para entrevistas) foi possível fazer o seguinte diagnóstico através das informações obtidas sobre a educação inclusiva na rede municipal de ensino de Tramandaí, que respondem os problemas indagados pela pesquisa.

a) A nova legislação sobre política de educação inclusiva é recente no município, assim, atravessando, assim um processo de estruturação físico arquitetônico, técnico e profissional na rede de ensino do município.

b) A responsabilização do município pela execução da política pública de educação, criando o plano educacional, com diagnósticos e metas em consonância com o Plano Estadual de Educação (PEE) e o PNE.

c) A política de educação inclusiva na rede municipal é realizada em conjunto entre as escolas com o assessoramento e apoio de centros de atendimentos especializados como APAE e a CAPE, Secretaria Municipal de Saúde, ocorrendo a colaboração entre as instituições.

d) Apesar do pouco número de profissionais capacitados para trabalhar com a educação com o aluno com deficiência, e do aumento de alunos com deficiência na rede

municipal de ensino. Os profissionais neste trabalho entrevistados relatam que uma das principais dificuldades está nos pais, na aceitação familiar em deixar o aluno na rede regular de ensino.

e) As políticas públicas de inclusão e suas leis proporcionaram acessibilidade a estes indivíduos com deficiência, viabilizando sua inserção na educação. O que antes não era possível.

f) Os depoimentos sugerem que a inclusão do aluno com deficiência na rede de ensino, muitas vezes não está em consonância com sua socialização.

De acordo com os atores envolvidos na pesquisa, a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino não deve implicar o término ou a desativação de classes, das escolas de educação especiais e nem tampouco os centros de atendimento. Pois estes espaços serão necessários devido à grande quantidade e diversidade apresentada de casos que surgem e vem aumentando no âmbito da educação especial, formando uma rede de apoio e desenvolvimento da política de inclusão de alunos com deficiência entre diversas áreas da política municipal, formando um modelo de *policy networks* retratado por Frey (2000):

Conforme uma definição de Heclo, entende-se por um ‘policy network’ as ‘interações das diferentes instituições e grupos tanto no executivo, do legislativo como da sociedade na gênese e na implementação de uma determinada ‘policy’” [Heclo, 1978,p.102 apud Frey, 2000,p.221].

Através do estudo realizado, ficou evidenciado o avanço das ações nacionais referentes à promoção do acesso educacional a todos os indivíduos, intensificadas a partir dos anos 90. Contudo, é questionável o alcance destas iniciativas quando a base de análise recai na qualidade de ensino oferecida. O estudo apresentou alguns obstáculos que se impõem sobre a educação inclusiva dos alunos com deficiência e o direito da escolarização com qualidade, como, por exemplo: falta de recursos humanos e financeiros, acessibilidade, capacitação dos profissionais ou obstáculos que já advêm do âmbito familiar, conforme já citados por alguns autores neste trabalho.

O processo de inclusão vem se desenvolvendo de forma lenta e gradativa, necessitando ainda de ajustes. Percebe-se, através de depoimentos e observações, que o Projeto-Político-Pedagógico direcionado aos alunos com deficiência segue os preceitos da LDB embora sua prática deixe a desejar. Mesmo com esforço e dedicação dos profissionais da área, existem muitas barreiras de aceitação no ambiente escolar e da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como pretensão trazer para o leitor uma visão geral sobre a implementação e desenvolvimento das políticas públicas de educação inclusiva para alunos com deficiência no município de Tramandaí – RS.

Fica evidente que, apesar dos esforços e comprometimento, a educação inclusiva no município de Tramandaí apresenta-se ainda em processo de construção e desenvolvimento na busca por resultados que venham ao encontro dos objetivos propostos. Ressalta-se ainda a importância da participação da comunidade para o sucesso e realização do mesmo.

É de suma importância que haja incentivo e suporte aos profissionais em educação na participação em cursos de especialização em educação inclusiva para que possam adquirir mais conhecimento e aperfeiçoar seu trabalho junto aos alunos com deficiência.

Reiterando, o estudo local sobre a política de educação inclusiva para alunos com deficiência na rede municipal de ensino de Tramandaí deixa aberta a possibilidade de novos estudos que contemplem verificar no município o número de profissionais da educação na rede municipal que não participam de cursos de capacitação na área de educação inclusiva, a aplicação de recursos públicos utilizados na política municipal de educação inclusiva, o número de pessoas com deficiência e em idade escolar que se encontram fora do sistema de ensino e/ou em instituições de atendimento especializado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DE DADOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório**. Tramandaí. Relatório, Impresso.

BAPTISTA, Claudio. A Política Nacional de Educação Especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva? In: MARTINS, Lucia; PIRES, Glaucia; MELO, Francisco (Org.) **Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos**. Natal: EDUFRN, 2008, p. 19-33.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>, Acesso em: 18 de out. 2015.

BRASIL, **Lei Federal nº9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L934.htm>. Acesso em: 18 de out. 2015.

BRASIL, **Decreto nº 3.956**, de 8 de outubro 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: 18 de outb. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para Atendimento Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, 5 de out. 2009.

BRASIL, **Aspectos Geográficos**. Disponível em: <http://www.tramandai.rs.gov.br/index.php?acao=conteudo&conteudos_id=12>. Acesso em: 20 de out. 2015.

BRASIL, **Município de Tramandaí**. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-tramandai.html>>. Acesso em: 20 de out. 2015.

BRASIL, **Observatório do PNE**. Disponível em: <www.observatoriodopne.org.br/metaspne/19-gestao-democratica/estrategias>. Acesso em: 3 de nov. 2015.

BRASIL, **Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh_2.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2015.

BRASIL, **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 12 de out 2015.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2015.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2015.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2015.

BRASIL, **Todos pela Educação**. Disponível em: <www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/31141/formação-docente-infraestrutura-e-materiais-adequados-sao-desafios-para-inclusao/>. Acesso em: 30 de out. 2015.

CORREIA, L.M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2008.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, nº 21, jun. 2000, p211-259. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/>>. Acesso em: 09 out.2015.

HECLO, Hugh. Issue Networks and the Executive Establishment. In: King Anthony (Hrsg): **The New American Political System**. Washington D.C., 1978 p. 87-124.

MACIEL, M.R.C. **Portadores de Deficiência e a questão da inclusão social**. Disponível em: <http://www.scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci_arttext.>. Acesso em: 06 nov. 2015.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v.27.n.94, pg. 47-69, jan/abr.2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MATISKEI, A.C.R.M. **Políticas Públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. Educar, Curitiba, n.º 23, p. 185-202, 2004.

MRECH, Leny Magalhães. **O Que é Educação Inclusiva?**. Disponível em: <<http://www.inclusão.com.br/index.htm>>. Acesso em: 15 de out. 2015.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Secretaria Municipal de Educação de Tramandaí. **Relatório**. Tramandaí. Relatório, Impresso.

ROSA, S. P. S. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba: IESD, 2005.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis, CAPES, pg. 39-42 , 2009.

SÁ, M.S.M.M. Rumo a uma política para a Educação Inclusiva. In: **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva**. ed. Curitiba, IESDE Brasil.2, 2009. p. 11-53

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n. 01, p. 19-23, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.º 16, /p. 20-45 jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 09 de out. 2015.

TESSARO, Nilza Sanchez, WARICODA A.S, BOLONHEIS R.C.M, ROSA A.P.B. Inclusão Escolar: visão dos alunos sem necessidades educativas especiais. In: **Psicologia Escolar e Educacional**. Paraná v. 9, nº 1, pg. 105-115, 2005.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/008/000862/091por.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 11 de out. 2015.

VAN ZANTEN, Agnès. A pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n.º 01, p.25-45, 2004.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Os desafios da inclusão de pessoas com deficiência no município de Tramandaí – RS: Uma análise na rede regular de ensino.

Orientador: Dr. Alexandre Silva Virginio **Orientando:** Nathan Linetcky e Silva
Políticas Públicas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).
UFRGS/Brasil

**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – ALUNOS
(COLEGAS DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA)**

Nome (Opcional): _____ **Idade:** _____ .

End (Opcional): _____.

Est Civil: _____ **Filhos:** () Não () Sim. **Quantos:** _____

Religião: _____.

Dia da entrevista: ___/___/____. **Horário:** _____.

I. ÂMBITO SOCIAL

- 1) Fale um pouco sobre você. Há quanto tempo estuda? Sempre estudou nesta escola? Qual escola já estudou?
- 2) Como está sendo este ano nos estudos para você? Que disciplina você não gosta? E qual mais lhe agrada?
- 3) O que você mais gosta como estudante? E o que você não gosta, o que lhe traz mais desconforto, tanto nas aulas quanto no dia-a-dia escolar?
- 4) Qual a profissão pretende seguir?
- 5) Como estudante, como você se autoanalisa? Você acha que é um bom aluno?

II. ATIVIDADES, CONSUMO E/OU CONSTRUÇÃO SÓCIO-CULTURAL.

- 6) Quanto tempo disponível para lazer você possui durante a semana?
- 7) Você costuma viajar? Com que frequência e para aonde? Tens algum lugar que sonha em conhecer?

- 8) Você pratica algum esporte? Com que frequência? Tens algum esporte que gostaria de praticar e não pratica? Por quê?
- 9) Você tem o hábito de ler? O que você costuma ler? Qual o gênero de leitura que mais lhe agrada?
- 10) Você gosta de música? Vai a shows? Que tipo de música mais agrada?
- 11) Você costuma frequentar eventos culturais que acontecem durante o ano? Qual o tipo de evento que mais lhe agrada?
- 12) Você gosta de assistir filmes? Prefere ir no cinema ou ver em casa? E que tipo de filme mais lhe agrada?
- 13) Você acessa frequentemente as redes sociais e navega na internet? Por que meio você acessa?
- 14) Do seu tempo disponível, qual atividade que mais gosta de fazer?
- 15) Há alguma atividade que anseia em usufruir e/ou participar, mas não o faz? Por quê?
- 16) Você procura estar sempre bem informado (a) por meio de revistas, jornais, televisão, etc...? Na televisão, o que mais gosta de assistir?
- 17) Você utiliza a internet e/ou outros meios digitais como ferramenta de pesquisa na sala de aula?

III. ÂMBITO ESCOLAR – PEDAGÓGICO

- 18) Qual a sua opinião com há relação ao serviço prestado pela escola em termos de infraestrutura? Você acha que há algo para melhorar?
- 19) Você aprova o ensino que recebe, lhe satisfaz? Há algo que gostaria que fosse diferente?
- 20) Com relação aos professores, o que mais te chama atenção no método de ensino?
- 21) Você é participativo e/ou, ativo, ou é mais quieto e resguardado? Como você é em aula?
- 22) Como é sua relação com o colega com deficiência?
- 23) Ele é participativo? Participa de trabalhos em grupo?
- 24) Ele se envolve em brincadeiras, rodas de conversas no intervalo?
- 25) Você estuda com ele desde que ano?
- 26) O comportamento do seu colega, agora que estudam juntos, mudou desde o início do ano?
- 27) O que você pensa sobre a deficiência que ele possui?
- 28) Aprova ele estar tendo aula junto com os demais? Justifique:
- 29) Você participa de atividades e eventos que a escola promove?
- 30) Você sente vontade de retornar à escola?

IV. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

31) O que você acha que falta para ter uma educação de qualidade?

32) Você teria alguma sugestão para melhorar a educação inclusiva na escola? O que você acha que não pode faltar, de forma alguma?

33) O que você sonha para o seu futuro profissional?

34) Como é a escola que você sonha para você como ideal para você e para os futuros estudantes?

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Os desafios da inclusão de pessoas com deficiência no município de Tramandaí – RS: Uma análise nas redes regulares de ensino.

Orientador: Dr. Alexandre Silva Virginio **Orientando:** Nathan Linetcky e Silva
Políticas Públicas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).
UFRGS/Brasil

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – GESTOR DA ESCOLA

Nome (Opcional): _____ **Idade:** _____.

End (Opcional): _____.

Est Civil: _____ **Filhos:** () Não () Sim. **Quantos:** _____

Religião: _____.

Dia da entrevista: ___/___/____. **Horário:** _____.

I. ÂMBITO SÓCIO-PROFISSIONAL

- 1) Você é formada em que área da educação? Há quanto tempo se formou? Por que optou pelo magistério e por esta área? Há quanto tempo está no cargo de diretora?
- 2) Como foi sua trajetória profissional até chegar ao cargo de diretora da escola?
- 3) O que você mais admira no seu trabalho como diretora? E o que você não gosta, o que lhe traz mais desconforto, tanto na carreira docente quanto no dia-a-dia?
- 4) Qual a tua perspectiva profissional?
- 5) Como diretora, como você se autoanalisa?

II. ATIVIDADES, CONSUMO E/OU CONSTRUÇÃO SÓCIO-CULTURAL.

- 6) Quanto tempo disponível para lazer você possui durante a semana?

- 7) Você costuma viajar? Com que frequência e para aonde? Tens algum lugar que sonha em conhecer?
- 8) Você pratica algum esporte? Com que frequência? Tens algum esporte que gostaria de praticar e não pratica? Por quê?
- 9) Você tem o hábito de ler? O que você costuma ler? Qual o gênero de leitura que mais lhe agrada?
- 10) Você gosta de música? Vai a shows? Que tipo de música mais agrada?
- 11) Você costuma frequentar eventos culturais que acontecem durante o ano? Qual o tipo de evento que mais lhe agrada?
- 12) Você gosta de assistir filmes? Prefere ir cinema ou ver em casa? E que tipo de filme mais agrada?
- 13) Você acessa frequentemente as redes sociais e navega na internet? Por que meio você acessa?
- 14) Do seu tempo disponível, qual atividade que mais gosta de fazer?
- 15) Há alguma atividade que anseia usufruir e/ou, participar, mas não o faz? Por quê?
- 16) Você procura estar sempre bem informada por meio de revistas, jornais, televisão etc...? Na televisão, o que mais gosta de assistir?
- 17) Você disponibiliza a internet e/ou outros meios digitais como instrumento educacional nas aulas da escola?

III. ÂMBITO ESCOLAR, COMUNIDADE E INTERAÇÃO.

- 18) Na sua opinião, qual é o papel ou função da educação atualmente?
- 19) Sempre atenderam alunos de inclusão?
- 20) A partir de que ano o município aderiu à política de educação inclusiva no ambiente escolar?
- 21) A escola oferece condições materiais, acessibilidade, recursos humanos com especialização e tecnologias para a educação inclusiva dos alunos com deficiência? Justifique
- 22) É igualitário o acesso aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis no ensino regular?
- 23) A escola está adaptada e preparada para receber alunos com deficiência, independente da idade escolar?
- 24) Há perspectivas de melhora na parte estrutural/física da escola?

- 25) Os profissionais em educação que fazem parte do quadro da escola recebem capacitação e possuem formação para trabalhar com alunos com deficiência? Há algum acompanhamento contínuo nesse processo?
- 26) Qual a sua opinião com relação ao serviço prestado pela escola em termos de infraestrutura?
- 27) Qual a sua avaliação sobre as condições de trabalho aqui na escola? O que lhe agrada e o que deve melhorar?
- 28) O aluno recebe AEE – Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização?
- 29) Há um acompanhamento de profissionais como fisioterapeuta, psicólogo etc. No processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência? Se afirmativo, existe integração entre os profissionais?
- 30) Na sua opinião, quais os aspectos positivos da escola? O que a escola de melhor oferece aos alunos na sua opinião?
- 31) Como é tua relação com este aluno com deficiência, e com o restante da classe?
- 32) Como você percebe a relação do aluno com deficiência com os seus colegas? E os demais colegas com ele?
- 33) Como os pais interagem com a escola? Há uma participação efetiva nas tomadas de decisões e atividades escolares? O que os pais falam é levado em consideração nos encontros? Qual a importância dos pais?
- 34) Você considera o aluno com deficiência incluído e socializado com os demais colegas?
- 35) Quais as principais mudanças percebidas na educação inclusiva, desde sua implantação, suas leis e plano de educação no sistema de ensino?
- 36) O que você entende por educação inclusiva para alunos com deficiência?
- 37) Você vê evolução no processo educativo do aluno?

IV. PROJETO DA ESCOLA

- 38) A escola possui uma proposta pedagógica? A escola possui um Projeto-Político-Pedagógico?
- 39) Como este Projeto-Político-Pedagógico foi formulado?
- 40) O projeto educacional da escola é implementado e efetuado em sua totalidade?
- 41) Este Projeto - Político - Pedagógico contempla a educação inclusiva?
- 42) Em que momento/ensejo ele é lembrado?

V. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- 43) Que ações você desenvolve com o aluno que possui deficiência? Estas ações são juntamente com a participação dos demais alunos?
- 44) Na sua opinião, o conhecimento teórico-metodológico adquirido na sua formação ajuda na sua administração escolar?
- 45) Você se reúne com frequência com pais e professores dos alunos com deficiência? Quais os principais assuntos tratados?
- 46) E com o Gestor de educação do município, você costuma se reunir? Procura trazer incentivos para desenvolver a inclusão educacional na escola? Como é sua relação com o Gestor de educação? Em que momento vocês se reúnem? Que temas tratam?

VI. AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

- 47) Quais os resultados obtidos do aluno com deficiência? É satisfatório?
- 48) Na sua opinião, qual o principal problema que o aluno com deficiência enfrenta nos dias atuais? Por quê? O problema sempre foi o mesmo, ou antes da lei de inclusão os alunos com deficiência possuíam outros problemas?
- 49) O aluno com deficiência possui as condições necessárias para aprender? Possui também condições de desenvolver outros sentidos, como, criatividade, autonomia, curiosidade, protagonismo, desenvoltura etc?
- 50) O aluno com deficiência consegue chegar ao final do ano letivo tendo adquirido conhecimento suficiente para continuar a série seguinte?
- 51) Há alguma avaliação profissional dos professores e/ou do trabalho que este desenvolve com o aluno com deficiência? Se há, e como é feita esta avaliação? E para que serve esta avaliação? Qual a sua função?

VII. FORMAÇÃO ACADÊMICA E CURRÍCULO

52) Qual sua formação? Agora já formada, com vivência e experiência no meio docente, o que você pensa que faltou na sua formação? Poderia ter se formado uma profissional melhor preparada?

53) Qual a sua opinião sobre a formação continuada e as capacitações ?

Os profissionais em educação que fazem parte do quadro da escola recebem capacitação e possuem formação para trabalhar com alunos com deficiência? Há algum acompanhamento contínuo nesse processo?

54) Você costuma participar destas ações de formação? Com que frequência?

55) Quais órgãos governamentais e/ou privados organizam tais capacitações/formações continuadas de inclusão?

56) Você recebe algum estímulo da escola, ou da rede de ensino, para participar destas formações? O que te motiva?

57) Você acha que estas formações tem sido fundamentais para ajudar com as questões e desafios que você enfrenta no dia a dia? De alguma forma ela contribui para o desenvolvimento do aluno com deficiência?

VIII. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

58) Na sua opinião, o aluno com deficiência está tendo uma inclusão educacional de qualidade? O que você acha que está faltando para que esta inclusão ocorra? Quais os desafios que a escola enfrenta para melhorar sua qualidade de ensino para os alunos com deficiência?

59) Na sua opinião, o que pode ser feito e/ou o que pode mudar para que qualifique a educação que este aluno com deficiência recebe? E tantos outros da rede de ensino de Tramandaí?

60) O que você deseja para o futuro da escola no âmbito da educação inclusiva?

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Os desafios da inclusão de pessoas com deficiência no município de Tramandaí – RS: Uma análise nas redes regulares de ensino.

Orientador: Dr. Alexandre Silva Virginio **Orientando:** Nathan Linetcky e Silva
Políticas Públicas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).
UFRGS/Brasil

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – GESTOR PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ

Nome (Opcional): _____ **Idade:** _____.

End (Opcional): _____.

Est Civil: _____ **Filhos:** () Não () Sim. **Quantos:** _____

Religião: _____.

Dia da entrevista: ___/___/____. **Horário:** _____.

I. ÂMBITO SÓCIO-PROFISSIONAL

- 1) Qual a sua formação? Há quanto tempo se formou? Por que optou por esta área? Há quanto tempo está no cargo de gestor da secretaria municipal de educação?
- 2) Como foi sua trajetória profissional até chegar ao cargo?
- 3) O que você mais admira no seu trabalho como gestor? E o que você não gosta, o que lhe traz mais desconforto, tanto na carreira pública/política quanto no dia a dia?
- 4) Qual a tua perspectiva profissional?
- 5) Como gestor, como você se autoanalisa?

II. ATIVIDADES, CONSUMO E/OU CONSTRUÇÃO SÓCIO-CULTURAL.

- 6) Quanto tempo disponível para lazer você possui durante a semana?

- 7) Você costuma viajar? Com que frequência e para aonde? Tens algum lugar que sonha em conhecer?
- 8) Você pratica algum esporte? Com que frequência? Tens algum esporte que gostaria de praticar e não pratica? Por quê?
- 9) Você tem o hábito de ler? O que você costuma ler? Qual o gênero de leitura que mais lhe agrada?
- 10) Você gosta de música? Vai a shows? Que tipo de música mais agrada?
- 11) Você costuma frequentar eventos culturais que acontecem durante o ano? Qual o tipo de evento que mais lhe agrada?
- 12) Você gosta de assistir filmes? Prefere ir cinema ou ver em casa? E que tipo de filme mais agrada?
- 13) Você acessa frequentemente as redes sociais e navega na internet? Por que meio você acessa?
- 14) Do seu tempo disponível, qual atividade que mais gosta de fazer?
- 15) Há alguma atividade que anseia usufruir e/ou, participar, mas não o faz? Por quê?
- 16) Você procura estar sempre bem informada através de revistas, jornais, televisão etc? Na televisão, o que mais gosta de assistir?
- 17) Você disponibiliza a internet e/ou outros meios digitais como instrumento educacional para as escolas?

III. ÂMBITO EDUCACIONAL.

- 18) Na sua opinião, qual é o papel ou função da educação atualmente?
- 19) O município sempre atendeu alunos de inclusão?
- 20) A partir de que ano o município aderiu à política de educação inclusiva no ambiente escolar?
- 21) A escolas municipais oferecem condições materiais, acessibilidade, recursos humanos com especialização e tecnologias para a educação inclusiva dos alunos com deficiência ? Justifique:
- 22) É igualitário o acesso aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis no ensino regular?
- 23) A escolas municipais estão adaptadas e preparadas para receber alunos com deficiência, independente da idade escolar?

- 24) Há perspectivas de melhora na parte estrutural/física das escolas da rede municipal de ensino?
- 25) Os profissionais em educação que fazem parte do quadro das escolas municipais recebem capacitação e possuem formação para trabalhar com alunos com deficiência? Há algum acompanhamento contínuo nesse processo?
- 26) Qual a sua opinião com relação ao serviço prestado pelas escolas, em termos de infraestrutura?
- 27) Qual a sua avaliação sobre as condições de trabalho nas escolas municipais? O que lhe agrada e o que deve melhorar?
- 28) O aluno recebe AEE – Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização? Há um acompanhamento de profissionais da secretaria municipal de educação para que isto ocorra?
- 29) Há um acompanhamento de profissionais como fisioterapeuta, psicólogo, etc no processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência? Se afirmativo, existe integração entre os profissionais?
- 30) Na sua opinião, quais os aspectos positivos das escolas? O que as escolas de melhor oferecem aos alunos, na sua opinião?
- 31) Você tem algum contato e/ou relação com estes alunos com deficiência?
- 32) O município disponibiliza e viabiliza recursos suficientes para que as instituições de ensino ofereçam a educação inclusiva com qualidade aos alunos com deficiência?
- 33) Neste modelo de inclusão, você considera o aluno com deficiência incluído e socializado com os demais colegas na rede regular de ensino?
- 34) Quais as principais mudanças percebidas na educação inclusiva, desde sua implantação, suas leis e plano de educação no sistema de ensino?
- 35) O que você entende por educação inclusiva para alunos com deficiência?
- 36) Você vê evolução no processo de inclusão na rede de ensino?
- 37) O município realiza cursos de capacitação aos profissionais da educação inclusiva?
- 38) Quantos especialistas o município possui para a demanda?

IV. PROJETO EDUCACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRAMANDAÍ

- 39) O município possui uma proposta pedagógica? O município possui um Projeto-Político-Educacional para a rede regular de ensino?
- 40) Como este Projeto-Político-Educacional foi formulado?
- 41) Este Projeto-Político-Educacional contempla a educação inclusiva?
- 42) A Secretaria de Educação do município possui metas a serem atingidas no projeto de inclusão social? O projeto é implementado na sua totalidade?
- 43) Em que momento/ensejo ele é lembrado?

V. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- 44) Que ações você desenvolve com as escolas para estimular a inclusão do aluno que possui deficiência? Estas ações contam com a participação de todas as escolas municipais da rede regular de ensino?
- 45) Há capacitações para os profissionais que trabalham na secretaria municipal de educação?
- 46) Na sua opinião, o conhecimento teórico-metodológico adquirido na sua formação ajuda na sua administração na área da educação do município?
- 47) Você se reúne com frequência com os diretores (as) das escolas municipais? Dialogam sobre a inclusão educacional? Quais os principais assuntos tratados?
- 48) Procura trazer incentivos financeiros e culturais para desenvolver a inclusão educacional nas escolas do município? Como é sua relação com os diretores (as) das escolas do município?

VI. AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

- 49) Quais os resultados obtidos das escolas municipais com alunos com deficiência? É satisfatório?
- 50) Na sua opinião, qual o principal problema que o aluno com deficiência enfrenta nos dias atuais? Por quê? O problema sempre foi o mesmo, ou antes da lei de inclusão os alunos com deficiência possuíam outros problemas?
- 51) O aluno com deficiência possui as condições necessárias para aprender? Possui também condições de desenvolver outros sentidos, como, criatividade, autonomia, curiosidade, protagonismo, desenvoltura, etc?

52) Há algum índice de aprovação no ano letivo dos alunos com necessidade especiais na rede municipal de ensino?

53) Há alguma avaliação profissional dos professores e/ou do trabalho que este desenvolve com o aluno com deficiência? Se há, e como é feita esta avaliação? E para que serve esta avaliação, qual a sua função?

VII. FORMAÇÃO ACADÊMICA E CURRÍCULO

54) Agora já formado, com vivência e experiência na carreira pública/política, o que você pensa que faltou na sua formação? Poderia ter se formado um profissional melhor preparado?

55) Qual a sua opinião sobre a formação continuada e as capacitações ?

Os gestores que fazem parte do quadro de profissionais da prefeitura recebem capacitação e possuem formação para trabalhar em suas respectivas áreas? Há algum acompanhamento contínuo nesse processo?

56) Você costuma participar destas ações de formação? Com que frequência? Já teve alguma formação continuada e/ou capacitação que tratasse do tema de inclusão educacional?

57) Quais órgãos governamentais e/ou privados que organiza tais capacitações/formações continuadas?

58) Você recebe algum estímulo do governo, ou do próprio município, para participar destas formações? O que te motiva?

59) Você acha que estas formações tem sido fundamentais para ajudar com as questões e desafios que você enfrenta no dia-a-dia? De alguma forma ela contribui para o desenvolvimento do aluno com deficiência?

VIII. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

60) Na sua opinião, o aluno com deficiência está tendo uma inclusão educacional de qualidade? O que você acha que está faltando para que esta inclusão ocorra? Quais os desafios que a secretaria municipal de educação enfrenta para melhorar a qualidade de ensino para os alunos com deficiência?

61) Na sua opinião, o que pode ser feito e/ou que pode mudar para que qualifique a educação que este aluno com deficiência recebe? E tantos outros da rede de ensino de Tramandaí?

62) O que você deseja para o futuro da rede municipal de ensino no âmbito da educação inclusiva?

APÊNDICE D – GUIA DE ENTREVISTA: PAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Os desafios da inclusão de pessoas com deficiência no município de Tramandaí – RS: Uma análise nas redes regulares de ensino.

Orientador: Dr. Alexandre Silva Virginio **Orientando:** Nathan Linetcky e Silva
 Políticas Públicas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).
 UFRGS/Brasil

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – PAIS

Nome (Opcional): _____ **Idade:** _____ .

End (Opcional): _____.

Est Civil: _____ **Filhos:** () Não () Sim. **Quantos:** _____

Religião: _____.

Dia da entrevista: ___/___/____. **Horário:** _____.

I. ÂMBITO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL

- 1) Qual a sua ocupação profissional? Está contente no seu trabalho? Desejaria ter outra ocupação? Com o que gostaria de trabalhar?
- 2) Reside há quantos anos neste endereço? Gosta do lugar onde mora, da cidade, do bairro, rua e comunidade? Acha que há algo a melhorar? Justifique:
- 3) Com o clima tão suscetível a gripes e problemas de saúde, sua família sofre muito com tais mudanças climáticas?
- 4) Está contente com vida que possui e de sua família? (teria algo a melhorar) Você almeja algo no âmbito familiar, ou pessoal?

II. ÂMBITO ESCOLAR – PEDAGÓGICO

- 5) Qual a sua opinião com relação ao serviço prestado pela escola em termos de infraestrutura? Você acha que há algo para melhorar?

- 6) Você aprova o ensino que seu filho recebe, lhe satisfaz? Há algo que gostaria que fosse diferente?
- 7) Com relação aos professores, o que mais te chama atenção no método de ensino?
- 8) Você vê evolução no processo educativo do seu filho? Como estudante, está habituado ao meio escolar?
- 9) Seu filho é participativo e/ou, ativo, ou é mais quieto e resguardado? Como ele é em casa?
- 10) Como o seu filho se comporta após as aulas? Sente vontade de retornar à escola?

III. DESEMPENHO EDUCACIONAL

- 11) Qual sua formação escolar?
- 12) Parou de estudar há quanto tempo?
- 13) Você participa da vida escolar de seu filho? Como?
- 14) Você estimula o estudo? Como?
- 15) A escola costuma interagir com os pais? Quando você é chamado/a, costuma a dialogar nos encontros? Você sente que o que você e outros pais falam recebem a devida atenção?
- 16) Há interação entre a comunidade e a escola? Se há, e como ela acontece?
- 17) Você acha que o tema da inclusão educacional é discutido com relevância na comunidade escolar?

IV. ATIVIDADES, CONSUMO E/OU CONSTRUÇÃO SÓCIO-CULTURAL

- 18) Quanto tempo disponível para lazer você possui durante a semana?
- 19) Você costuma viajar? Com que frequência e para aonde? Tens algum lugar que sonha em conhecer?
- 20) Você pratica algum esporte? Com que frequência? Tens algum esporte que gostaria de praticar e não pratica? Por quê?
- 21) Você tem o hábito de ler? O que você costuma ler? Qual o gênero de leitura que mais lhe agrada?
- 22) Você gosta de música? Vai a shows? Que tipo de música mais agrada?
- 23) Você costuma frequentar eventos culturais que acontecem durante o ano? Qual o tipo de evento que mais lhe agrada?
- 24) Você gosta de assistir filmes? Prefere ir cinema ou ver em casa? E que tipo de filme mais agrada?

- 25) Você acessa frequentemente as redes sociais e navega na internet? Por que meio você acessa?
- 26) Do seu tempo disponível, qual atividade que mais gosta de fazer?
- 27) Você procura estar sempre bem informado através de revistas, jornais, televisão, etc? Na televisão, o que mais gosta de assistir?
- 28) Há alguma atividade que anseia em usufruir e/ou, participar, mas não o faz? Por quê?

V. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.

- 29) Qual a sua opinião sobre a rede regular de ensino de Tramandaí?
- 30) Você teria alguma sugestão para melhorar a educação inclusiva no município? O que você acha que não pode faltar, de forma alguma?
- 31) O que você anseia para o futuro de seu filho?
- 32) Como é a escola que você sonha como ideal para o seu filho e para os alunos?

APÊNDICE E – GUIA DE ENTREVISTA: PROFESSOR

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Os desafios da inclusão de pessoas com deficiência no município de Tramandaí – RS: Uma análise nas redes regulares de ensino.

Orientador: Dr. Alexandre Silva Virginio **Orientando:** Nathan Linetcky e Silva
 Políticas Públicas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).
 UFRGS/Brasil

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – PROFESSOR

Nome (Opcional): _____ **Idade:** _____.

End (Opcional): _____.

Est Civil: _____ **Filhos:** () Não () Sim. **Quantos:** _____

Religião: _____.

Dia da entrevista: ___/___/____. **Horário:** _____.

I. ÂMBITO SÓCIO – PROFISSIONAL

- 1) Há quanto tempo se formou? Por que optou pelo magistério e por esta área? Há quanto tempo já está a dar aula?
- 2) O que você mais admira no seu trabalho como educador? E o que você não gosta, o que lhe traz desconforto, tanto na carreira docente quanto no dia-a-dia?
- 3) Qual tua perspectiva profissional?
- 4) Como professor, como você se autoanalisa?

II. ATIVIDADES, CONSUMO E/OU CONSTRUÇÃO SÓCIO-CULTURAL.

- 5) Quanto tempo disponível para lazer você possui durante a semana?
- 6) Você costuma viajar? Com que frequência e para aonde? Tens algum lugar que sonha em conhecer?
- 7) Você pratica algum esporte? Com que frequência? Tens algum esporte que gostaria de praticar e não pratica? Por quê?

- 8) Você tem o hábito de ler? O que você costuma ler? Qual o gênero de leitura que mais lhe agrada?
- 9) Você gosta de música? Vai a shows? Que tipo de música mais agrada?
- 10) Você costuma frequentar eventos culturais que acontecem durante o ano? Qual o tipo de evento que mais lhe agrada?
- 11) Você gosta de assistir filmes? Prefere ir cinema ou ver em casa? E que tipo de filme mais agrada?
- 12) Você acessa frequentemente as redes sociais e navega na internet? Por que meio você acessa?
- 13) Do seu tempo disponível, qual atividade que mais gosta de fazer?
- 14) Há alguma atividade que anseia usufruir e/ou, participar, mas não o faz? Por quê?
- 15) Você procura estar sempre bem informada através de revistas, jornais, televisão, etc? Na televisão, o que mais gosta de assistir?
- 16) Você utiliza a internet e/ou outros meios digitais como instrumento educacional nas suas aulas?

III. ÂMBITO ESCOLAR, COMUNIDADE E INTERAÇÃO

- 17) Na sua opinião, qual é o papel ou função da educação atualmente?
- 18) A escola oferece condições materiais, acessibilidade, recursos humanos com especialização e tecnologias para a educação inclusiva dos alunos com deficiência? Justifique:
- 19) A escola está adaptada e preparada para receber alunos com deficiência, independente da idade escolar?
- 20) Qual a sua opinião com relação ao serviço prestado pela escola, em termos de infraestrutura?
- 21) Qual a sua avaliação sobre as condições de trabalho aqui na escola? O que lhe agrada, há perspectivas de melhora?
- 22) O aluno recebe AEE – Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização?
- 23) Há um acompanhamento de profissionais como fisioterapeuta, psicólogo, etc... no processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência? Se afirmativo, existe integração entre os profissionais?

- 24) Na sua opinião, quais os aspectos positivos da escola? O que a escola de melhor oferece aos alunos, na sua opinião?
- 25) Fale um pouco sobre o perfil do aluno com deficiência.
- 26) Como é tua relação com este aluno com deficiência? E com restante da classe?
- 27) Como você percebe a relação do aluno com deficiência com os seus colegas? E os demais colegas com ele?
- 28) Como os pais interagem com a escola? Há uma participação efetiva nas tomadas de decisões e atividades escolares? O que os pais falam é levado em consideração nos encontros? Qual a importância dos pais?
- 29) Você considera o aluno com deficiência incluído e socializado com os demais colegas?
- 30) Quais as principais mudanças percebidas na educação inclusiva, desde sua implantação, suas leis e plano de educação no sistema de ensino?
- 31) O que você entende por educação inclusiva para alunos com deficiência?
- 32) Como o aluno se comporta após as aulas? Ele sente vontade de retornar a escola?
- 33) Você vê evolução no processo educativo do aluno?
- 34) Em dias de chuva o aluno não comparece às aulas? Quais as razões de sua ausência?

IV. PROJETO DA ESCOLA

- 35) A escola possui uma proposta pedagógica? A escola possui um Projeto-Político-Pedagógico?
- 36) O projeto educacional da escola é implementado e efetuado em sua totalidade?
- 37) Este Projeto-Político-Pedagógico contempla a educação inclusiva?
- 38) Como este Projeto-Político-Pedagógico foi formulado?
- 39) Em que momento/ensejo ele é lembrado?

V. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- 40) Como você ministra as aulas? Você faz um planejamento? Este planejamento contempla com igualdade o aluno com deficiência e os demais colegas? Qual o diferencial das suas aulas?
- 41) Na sua opinião o conhecimento teórico-metodológico adquirido na sua formação ajuda neste planejamento?

42) Que ações você desenvolve com o aluno que possui deficiência? Estas ações é juntamente com a participação dos demais alunos?

43) Você tem autonomia para tomar decisões e agir conforme acha melhor para o aluno com deficiência frente a direção da escola?

VI. AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

44) Na sua opinião, qual o principal problema que o aluno com deficiência enfrenta nos dias atuais? Por quê? O problema sempre foi o mesmo, ou antes, da lei de inclusão o aluno com deficiência possuía outros problemas?

45) O aluno com deficiência possui as condições necessárias para aprender? Possui também condições de desenvolver outras habilidades, como, criatividade, autonomia, curiosidade, protagonismo, desenvoltura etc?

46) O aluno com deficiência consegue chegar ao final do ano letivo tendo adquirido conhecimento suficiente para continuar a série seguinte?

47) Qual é o período que você avalia seus alunos? Que instrumentos você utiliza para avaliá-los? É o mesmo instrumento para o aluno com deficiência?

48) Quais os resultados obtidos com aluno com aluno com deficiência? É satisfatório?

49) A avaliação, quando em grupo, tem o mesmo valor para todos?

50) Para que serve a avaliação? Qual sua função? Tanto para o aluno com deficiência, como, para os demais.

VII. FORMAÇÃO ACADÊMICA E CURRÍCULO

51) Agora já formada, com vivência e experiência no meio docente, o que você pensa que faltou na sua formação? Poderia ter se formado uma profissional melhor preparada?

52) Qual a sua opinião sobre a formação continuada e as capacitações ?

Os profissionais em educação que fazem parte do quadro da escola recebem capacitação e possuem formação para trabalhar com alunos com deficiência? Há algum acompanhamento contínuo nesse processo?

53) Você costuma participar destas ações de formação? Com que frequência?

54) Quais órgãos governamentais e/ou privado organizam estas capacitações/formações continuadas?

55) Você recebe algum estímulo da escola ou da rede de ensino para participar destas formações? O que te motiva?

56) Você acha que estas formações têm sido fundamentais para ajudar com as questões e desafios que você enfrenta no dia-a-dia? De alguma forma ela contribui para o desenvolvimento do aluno com deficiência?

VIII. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

57) Na sua opinião, o aluno com deficiência está tendo uma inclusão educacional de qualidade? O que você acha que está faltando para que esta inclusão ocorra? Quais os desafios que a escola enfrenta para melhorar sua qualidade de ensino para os alunos com deficiência?

58) Na sua opinião, o que pode ser feito e/ou que pode mudar para que qualifique a educação que este aluno com deficiência recebe. E tantos outros da rede de ensino de Tramandaí?

59) O que você deseja para o futuro da escola no âmbito da educação inclusiva?

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ: uma análise na rede regular de ensino

PESQUISADOR: RESPONSÁVEL: Nathan Linetcky e Silva

Descrição sucinta do projeto:

A proposta deste trabalho é analisar o desenvolvimento da política pública de educação inclusiva para alunos com deficiência na rede municipal de ensino de Tramandaí/RS. Para isso, um dos objetivos será levantar, por meio de questionário escrito especialmente preparado para tal, tópicos sobre a educação inclusiva e a sua empregabilidade na rede municipal de ensino, dificuldades e anseios sobre a política de inclusão educacional.

Termo de consentimento informado

Eu, _____

RG _____, concordo em participar da pesquisa “OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ: Uma análise na rede regular de ensino”, parte integrante do trabalho de conclusão de curso do aluno de Políticas Públicas, Nathan Linetcky e Silva, sob a orientação do Professor Alexandre Silva Virginio. Como depoente, autorizo o uso de dados do questionário escrito, desde que minha identidade seja preservada.

Assinatura do (a) participante

Contatos com o aluno responsável:

Fone: (51) 8194-3392

E – mail: nathan.linetcky@hotmail.com

